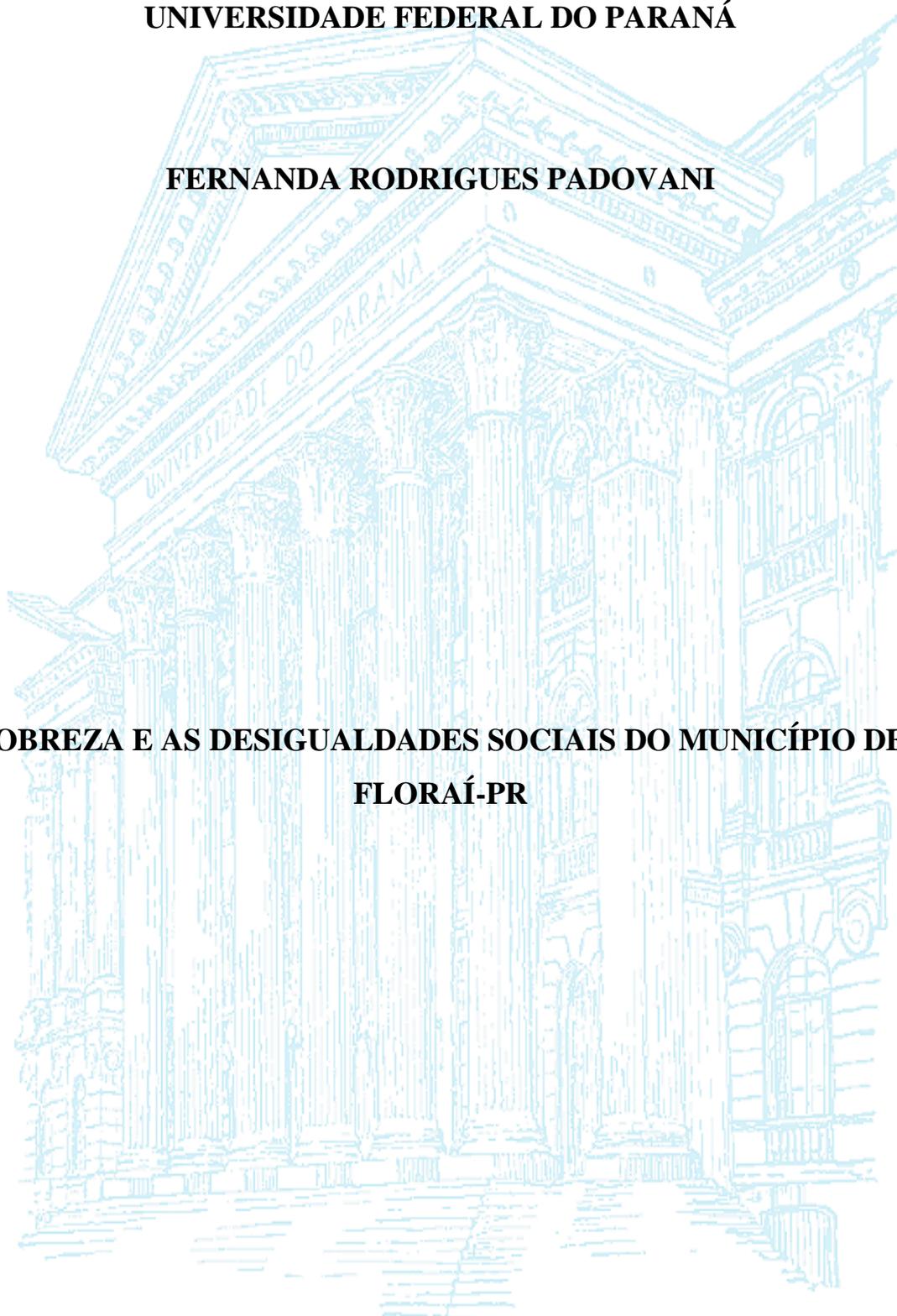


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**FERNANDA RODRIGUES PADOVANI**

**POBREZA E AS DESIGUALDADES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE  
FLORAÍ-PR**



**CURITIBA**

**2016**

**FERNANDA RODRIGUES PADOVANI**

**POBREZA E AS DESIGUALDADES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE  
FLORAÍ-PR**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Me Célio Rodrigues Leite

**CURITIBA**

**2016**

## **POBREZA E AS DESIGUALDADES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE FLORAÍ-PR**

Fernanda Rodrigues Padovani <sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este artigo é resultado de pesquisas teóricas sobre o tema Pobreza e as Desigualdades Sociais no Brasil, sendo realizado por meio de leitura de artigos científicos publicados e resgatados no período de 2005 a 2015 e da coleta de dados realizada no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do Município de Floraí-PR, com famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. A pesquisa foi de cunho quanti-qualitativo, que busca analisar a composição da família, faixa etária, escolaridade e renda, além de refletir os critérios adotados para fazer parte do programa e suas condicionalidades, buscando assim compreender o motivo da desigualdade social, nesse município e o motivo da má distribuição de renda no Brasil, como o principal determinante da pobreza no país. Concluímos com a pesquisa que, segundo dados do Censo 2010, obteve-se uma grande queda das famílias vulneráveis à pobreza, as mesmas conseguem se manter com a ajuda das políticas públicas que correspondem a direitos assegurados constitucionalmente como educação, saúde e cultura. Pode-se observar que mais do que aliviar a pobreza monetária, o Programa Bolsa Família ajudou a melhorar a segurança alimentar e nutricional da família, a educação, e a saúde de milhões de brasileiros e brasileiras participantes do programa.

**Palavras-chave:** Pobreza. Bolsa Família. Políticas Sociais. Desigualdade Social.

### **1 INTRODUÇÃO**

No Brasil, a desigualdade social atinge índices alarmantes e tem causado o crescimento de crianças e jovens sem preparação para a vida e muitos deles não conseguem oportunidades e acabam se tornando marginais ou desocupados, às vezes não porque querem, mas sim por ser a alternativa mais fácil e presente nessas comunidades.

Como se pode observar nas palavras de Silva (2012), a classificação de classes está no Critério de Classificação Econômica Brasil, mais conhecido como Critério Brasil ele separa as classes sociais a partir do poder de compra e consumo de alguns itens. Se uma família tem acesso a cada um dos itens, ela ganha pontos, que são somados e comparados com uma tabela. A classe social dessa família é determinada pelo número de pontos que ela conseguir somar, e existem 7 classes econômicas diferentes (A1, A2, B1, B2, C, D, E). A partir dessa separação de classes, surge então a exclusão social.

De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) 2010, as principais causas da desigualdade social são: falta de acesso à educação de qualidade; política

---

<sup>1</sup> Graduada em Administração, UNESPAR - Campus Paranavaí-PR; ferpadovani@gmail.com.

fiscal injusta; baixos salários; dificuldade de acesso aos serviços básicos: saúde, transporte público e saneamento básico. Ainda sobrevivem, na extrema pobreza, neste mundo, mais de um bilhão de pessoas. Pior ainda para as mulheres e crianças que são mais atingidas pela falta de oportunidades econômicas, num meio de “degradação ambiental”. Mais ainda: existem hoje, no mundo, segundo a ONU, 73 milhões de jovens desempregados, três vezes mais do que os adultos.

O relatório reconhece esses programas de proteção social e de transferência de renda como importantes para aumentar o desenvolvimento humano. O desenvolvimento dos países tem acidentes de percurso e, se você tem uma rede de proteção social forte, obviamente as coisas ficam mais seguras para todo mundo (IDH..., 2015).

O mais recente relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, mostra de forma clara os efeitos negativos que a desigualdade social produz sobre o Brasil. Se a enorme disparidade entre as pessoas é levada em conta, o país perde uma parte significativa do desenvolvimento conquistado nas últimas décadas. O IDH é produzido pelo programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e traz uma medida do avanço das sociedades com base em três componentes: expectativa de vida, educação e renda. O índice vai de zero a um, entre 2013 e 2014, o IDH do Brasil foi de 0,752 para 0,755. O avanço não foi maior por conta da queda na renda. Entre 1990 e 2014, o Brasil foi o país da América do Sul que mais avançou. O Brasil encontra-se na posição 75ª do ranking de 188 países. Segundo Andrea Bolzon, coordenadora do Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil, em boa parte por conta de políticas públicas. Conforme dados apresentados na Figura 1.

Figura 01 – Evolução do IDH do Brasil (1980 – 2015)



Fonte: IDH..., 2016.

A escola é um caminho para combater a desigualdade, promovendo o ensino aprendizagem com igualdade de conhecimento, sendo papel da escola incentivar o aluno, ajudando a desenvolver suas habilidades, observando se o mesmo esta bem alimentado e com saúde para melhor desempenho, formando-o politicamente, se necessário encaminhar o aluno para especialistas e ter um *feedback* e acima de ser professor, tem que ser educador.

O que pode-se fazer, como profissionais da educação básica, participantes das redes de proteção, que têm por finalidade contribuir para a formação do sujeito no sentido de alterar os padrões sociais, de resistir e encontrar linhas de fuga, ou de responder a uma realidade social e cultural cotidiana em mudança, as redes sociais de proteção têm como base o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, artigo 86. As redes sociais de proteção surgem para ajudar a criança e o adolescente a serem sujeitos autônomos, capazes de agir, de comandar e de ser comandados, de “[...] aprender a aprender, aprender a descobrir, aprender a inventar” (CASTORIADIS, 1992, p. 156).

Estamos habituados a ver pobreza como carência material, no plano do ter, é pobre quem não tem renda, emprego, habitação, alimentos, mas deve-se ir além e ver a pobreza no plano do ser, não conseguindo participar na sociedade, pois tem falta de voz, de poder e independência sujeitando as pessoas à exclusão social, sofrendo diversos preconceitos, são marginalizadas pela sociedade e impedidas de exercer livremente seus direitos de cidadãos, seja por suas condições financeiras, religião, cultura, sexualidade, escolhas de vida, dentre outros.

A proposta deste estudo é contribuir com os estudos sobre as desigualdades sociais, possibilitando superar essa visão reducionista, oportunizando a fala também ao pobre, tornando-o sujeito de direitos. Segundo Arroyo (2013), enquanto a pobreza for pensada como uma questão moral, os currículos escolares para os pobres continuarão sendo pensados para moralizá-los, não para garantir o direito deles ao conhecimento, às ciências e às tecnologias. Serão currículos pobres de conhecimentos e repletos de bons conselhos morais de esforço, trabalho, dedicação e disciplina.

Não raras vezes os absolutamente pobres não são realmente vistos por outros cidadãos ou mesmo pelo Governo; a dignidade dessas pessoas não é respeitada, tampouco eles são considerados cidadãos, dando à impressão de que eles são invisíveis para os grupos dominantes ou pior, em muitos casos, a pobreza é tida como sinônimo de criminalidade.

Ser pobre significa, em termos muito simples, consumir todas as energias disponíveis exclusivamente na luta contra a fome; não poder cuidar senão da mínima persistência física, material. Não é exagero: existem inúmeras relações empíricas

indisputáveis, que indicam tal situação (ABRANCHES; SANTOS; COIMBRA, 1994, p. 16).

Um dos fatores responsáveis pela elevada desigualdade social em nosso país é o difícil acesso à educação de qualidade. O Brasil deve trabalhar com políticas sociais de educação, saúde e emprego para diminuir a pobreza e as desigualdades, aumentar o acesso à educação e melhorar a qualidade de vida de tantas pessoas que vivem na extrema pobreza.

Os programas de transferência de renda são concebidos no âmbito dessas reflexões como uma transferência monetária direta destinada a famílias e a indivíduos, sendo essa transferência, no contexto da experiência brasileira, articulada a ações de prestação de serviços, principalmente no campo da educação, saúde e trabalho, na perspectiva de que a renda monetária transferida, juntamente com as ações desenvolvidas, possibilite a autonomização das famílias beneficiárias.

Segundo Silva (2010), a pobreza assume no Brasil uma dimensão abrangente, evidenciando um quadro amplo para a intervenção de políticas públicas de corte social, entendendo que as políticas sociais, para serem mais eficazes, devem estar articuladas a políticas macroeconômicas que garantam um crescimento econômico sustentado; a geração de emprego; a elevação da renda proveniente do trabalho e, sobretudo, a redistribuição de renda ainda altamente concentrada no Brasil.

Com a Constituição Federal de 1988, é que começam a se desenvolver, na prática, tendências de descentralização e de municipalização, colocadas na agenda política brasileira pela luta dos movimentos sociais dos anos 1980. De acordo com a referida Constituição, vários benefícios foram criados direcionados ao enfrentamento da pobreza no Brasil, ampliação do benefício mínimo da Previdência Social para trabalhadores urbanos e rurais para um salário mínimo e a extensão da aposentadoria para os trabalhadores rurais, ao lado da aposentadoria social rural, merece destaque o Benefício de Prestação Continuada (BPC), criado em 1993, no âmbito da Lei Orgânica de Assistência Social, iniciando-se sua implementação a partir de 1996. Trata-se de um benefício de caráter não contributivo, para pessoas idosas, a partir de 65 anos de idade e para pessoas com deficiência, incapacitadas para o trabalho. Ambos, idosos e pessoas com deficiência, devem viver em famílias com uma renda per capita familiar de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo.

No ano de 2008, cabe destaque em relação ao trabalho, o seguro desemprego e o abono PIS/PASEP<sup>2</sup>, ambos pagos a milhões de trabalhadores. No ano 1993, há que se destacar o Plano de Combate à Fome e à Miséria (PCFM), pelo Presidente Itamar Franco (1993-1994), direcionado ao enfrentamento da fome, da pobreza e da indigência. Direcionou-se a 32 milhões de indigentes diagnosticados pelo Mapa da Fome, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O PCFM foi interrompido, no início do primeiro mandato do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), sendo criado o Programa Comunidade Solidária, a principal estratégia para enfrentamento da pobreza nesse governo, visava a incentivar ações em duas frentes: atribuição de um selo de prioridade e gerenciamento de programas de diferentes Ministérios que tivessem maior potencialidade de impacto sobre a pobreza e identificação dos municípios que apresentassem maior concentração de pobreza, onde os programas seriam desenvolvidos.

Percebida a limitada eficácia do Comunidade Solidária no enfrentamento da pobreza no Brasil, foi criado, em julho de 1999, o Programa Comunidade Ativa. A proposta era construir uma agenda local integrada por programas indicados pela comunidade, com posterior implementação dos programas agendados, com parceria dos governos federal, estadual e municipal e da comunidade.

Dando prosseguimento às medidas de políticas públicas de enfrentamento à pobreza, em junho de 2001, foi criado o Fundo de Combate à Pobreza. Esse Fundo passou a financiar programas de transferência de renda associados à educação e a ações de saneamento, consideradas áreas de maior impacto sobre a pobreza. Os programas de transferência de renda passam a constituir o eixo central da proteção social no país, com ampliação de programas federais, como o Bolsa Escola 3 e o Bolsa Alimentação 4. No mesmo ano, foi criado o Programa de Combate à Miséria, conhecido como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-14), que, posteriormente, passou a ser chamado de Projeto Alvorada. Esse foi um programa direcionado, prioritariamente, aos bolsões de miséria das Regiões Norte e Nordeste, as regiões mais pobres do país, depois estendido para outros estados com municípios de IDH inferior a 0,500.

---

<sup>2</sup> O Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), mais conhecidos pela sigla PIS/PASEP, são contribuições sociais de natureza tributária, devidas pelas pessoas jurídicas, com objetivo de financiar o pagamento do seguro-desemprego, abono e participação na receita dos órgãos e entidades para os trabalhadores públicos e privados. O PIS é destinado aos funcionários de empresas privadas regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo administrado pela Caixa Econômica Federal. Já o PASEP é destinado aos servidores públicos regidos pelo Regime jurídico estatutário federal, sendo administrado pelo Banco do Brasil.

A partir de 2001, o governo de Fernando Henrique Cardoso, que vinha dando pouca atenção a ações de políticas sociais, priorizando o ajustamento da economia brasileira para inserção do país na economia globalizada, numa clara opção pelo projeto neoliberal, passou a se interessar pela organização de uma “Rede de Proteção Social” formada por 12 programas, todos situados no campo da transferência de renda para famílias ou indivíduos (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2008).

Nesse processo de construção de políticas públicas para enfrentamento da pobreza no Brasil, no ano de 2003, quando se iniciou seu primeiro mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), criou o Bolsa Família, sendo o maior programa de transferência de renda em implementação no Brasil, com implementação descentralizada em todos os municípios. Propõe-se a proteger o grupo familiar, com atendimento de famílias extremamente pobres, com renda per capita mensal de até R\$ 77,00 com qualquer composição, e famílias pobres, com renda per capita mensal entre R\$ 77,01 a R\$ 154,00, desde que tenham gestantes, nutrizes ou crianças e adolescentes entre 0 a 17 anos. A contrapartida é que as famílias beneficiárias mantenham as crianças e os adolescentes entre 6 e 17 anos com frequência na escola e façam o acompanhamento de saúde das gestantes, as mulheres que estiverem amamentando e as crianças, que também devem ter a vacinação em dia.

Segundo Silva (2005), o processo de desenvolvimento histórico dos Programas de Transferência de Renda no Brasil, conforme indicado acima, permite chegar-se ao ano de 2005 com um sistema complexo e ainda diverso, apesar da proposta de unificação em implantação. Conta com programas municipais, estaduais e federais em desenvolvimento em diversos municípios e Estados e com a presença massiva de programas federais em praticamente todos os municípios brasileiros, envolvendo um número significativo de famílias e indivíduos beneficiários com a aplicação de um volume de recursos sem precedentes nas políticas sociais brasileiras.

## **2 MÉTODO**

Os procedimentos metodológicos utilizados, neste estudo, foram por meio de pesquisas teóricas sobre o tema Pobreza e as Desigualdades Sociais no Brasil, sendo realizado por meio de leitura de artigos científicos publicados e resgatados no período de 2005 a 2015, utilizando, para isso, a ferramenta o Google Acadêmico. Dentre os autores que tratam desse assunto, são referenciados aqueles que mais se aproximam dessa proposta de estudo. Além da

pesquisa teórica, foi realizada uma coleta de dados no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do Município de Florai-PR, com 10 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, a pesquisa foi semiestruturada de cunho quanti-qualitativo, que busca analisar a composição da família, faixa etária, escolaridade do responsável e renda, além de refletir os critérios adotados para fazer parte do programa e suas condicionalidades, buscando assim compreender o motivo da desigualdade social no município.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No município de Florai-PR, no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, estão cadastradas 104 famílias no Programa Bolsa Família, os dados levantados são referentes a 10 famílias, o qual buscou identificar a composição familiar, idade, gênero e escolaridade do responsável familiar, mercado de trabalho, sua renda per capita, número de crianças e adolescentes.

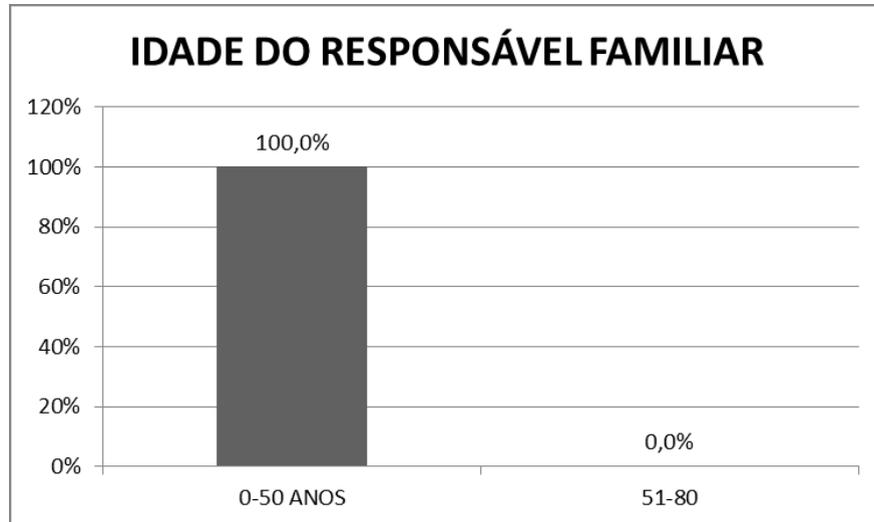
As famílias são compostas em sua maioria por pai, mãe e filhos, que variam de 3 a 6 membros, também há casos em que reside a mãe com os filhos, 80% dos filhos são crianças de 0 a 11 anos de idade e 20% são adolescentes 12 a 17 anos.

Na figura, revela-se que 100% dos responsáveis familiares que tiveram seus dados coletados no CRAS, têm idade entre 0 a 50 anos, sendo que a maioria encontra-se na faixa dos 30 anos.

De acordo com o levantamento, quem recebe repasses do governo federal não deixa de procurar emprego. Ao considerar uma faixa de 18 a 55 anos de idade, a parcela de pessoas ocupadas ou procurando trabalho em 2009 era de 65,3% entre os beneficiários e 70,7% para os indivíduos fora do programa. Analisando pessoas entre 30 e 55 anos, a porcentagem é de cerca de 70% para ambos os grupos (BOLSA..., 2015).

Conforme dados apresentados na Figura 2.

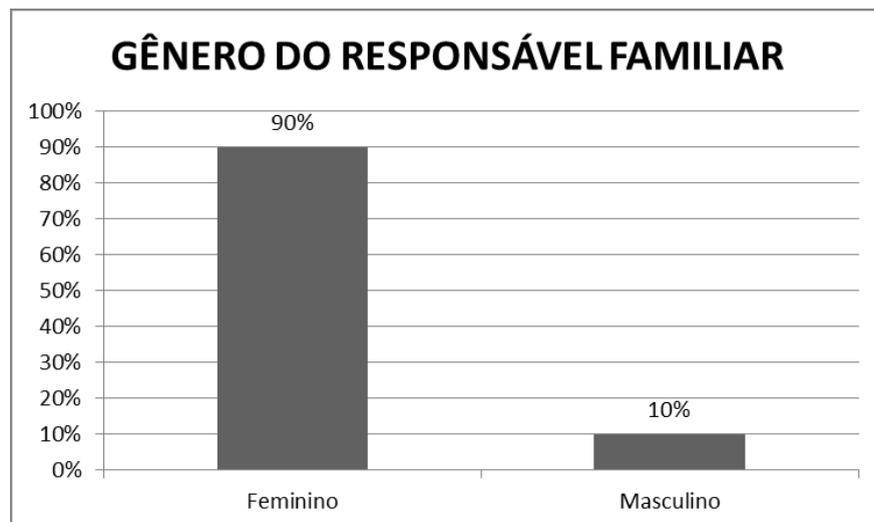
Figura 2 - Idade do Responsável Familiar



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Na figura, revela-se que 90% dos responsáveis familiares são do sexo feminino, observou-se maior poder de decisão das mulheres no ambiente domiciliar, com o empoderamento feminino, fortalecendo mais as mulheres e desenvolvendo assim a igualdade entre homens e mulheres. Conforme dados apresentados na figura 03.

Figura 3 - Gênero do Responsável Familiar

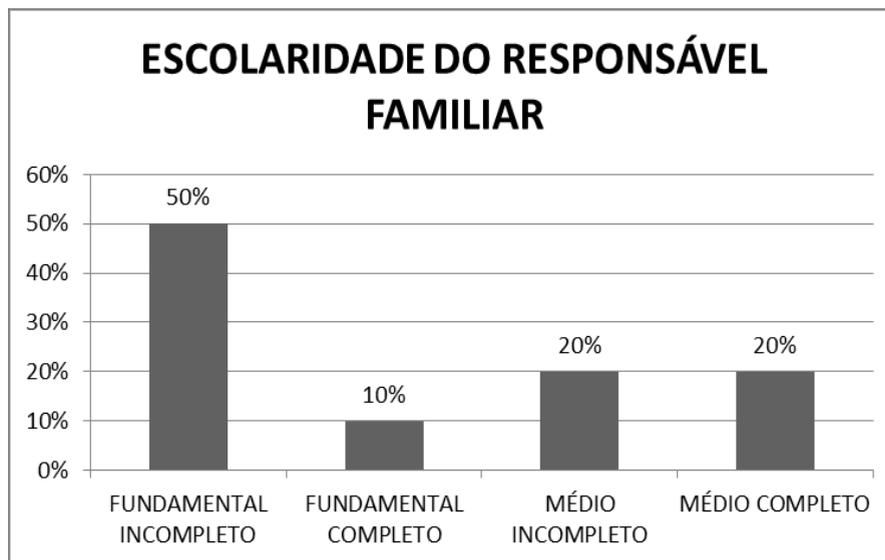


Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Em relação à escolaridade, de acordo com o site da Veja, o estudo lançado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mostra que 13,7% dos adultos que não concluíram o ensino médio ficam desempregados. Nível cai para 5,3% entre pessoas com diploma. “Ter um em cada seis adultos jovens que chegam à vida adulta

sem qualificações é um grande risco para o mercado de trabalho e para a sociedade”, disse em nota Andreas Schleicher, diretor da área de educação da OCDE. Conforme dados apresentados na Figura 4.

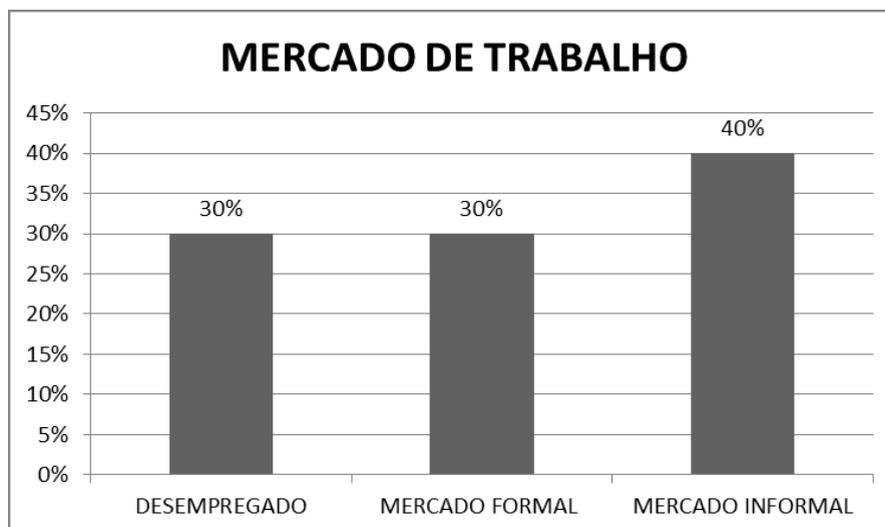
Figura 4 - Escolaridade do Responsável Familiar



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Em relação ao mercado de trabalho, em razão da crise atual temos um aumento considerável nos desempregos e a menor oferta de vagas, como consequência disso um aumento expressivo no mercado de trabalho informal, onde as pessoas vivem de bico ou em alguns casos abrem seu próprio negócio. Conforme dados apresentados na Figura 5.

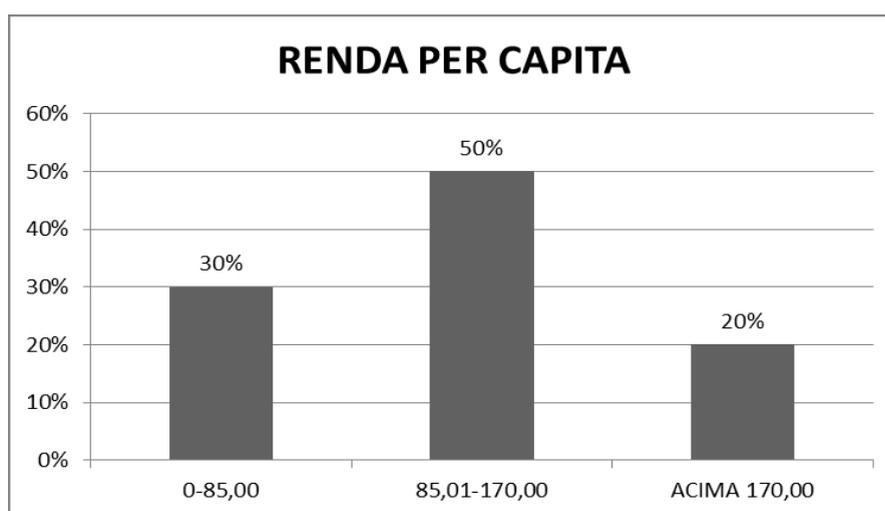
Figura 5 - Mercado de Trabalho



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

O Programa Bolsa Família atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza. Foi utilizado um limite de renda para definir esses dois patamares. Assim, podem fazer parte do Programa: Todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 85,00 mensais; Famílias com renda por pessoa entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. (MDS). Conforme dados apresentados na Figura 6.

Figura 6 - Renda Per Capita



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegou-se à conclusão de que o município de Florai-PR, Norte do Estado do Paraná, localizado a 488 quilômetros da capital, com 5.285 mil habitantes, IDH 0,771, apresenta características semelhantes a vários outros municípios, segundo dados do Censo 2010, obteve-se uma grande queda das famílias vulneráveis à pobreza, as mesmas conseguem se manter com a ajuda das políticas públicas que correspondem a direitos assegurados constitucionalmente como educação, saúde e cultura.

Em relação à alimentação das famílias beneficiárias do Programa Bolsa família, relatou-se que a alimentação era precária, que melhorou e que hoje é possível comprar mais alimentos e de melhor qualidade. Relatou ainda que antes o cotidiano da família era muito

difícil, passava por muitas dificuldades, tinha que estar constantemente pedindo ajuda para se manter, hoje recebendo esse auxílio teve uma melhoria de vida, vivendo com mais segurança.

Comparando a escolaridade das gerações anteriores com a escolaridade das crianças beneficiárias do Bolsa Família, percebe-se uma grande progressão escolar, antes as crianças eram obrigadas a deixar a escola para trabalhar e contribuir com a renda familiar, tinham que lidar com situações domésticas que representavam um obstáculo ao estudo: falta de um espaço adequado para se sentar e se concentrar; ausência de livros ou de acesso à internet para fazer pesquisas; obrigação de cuidar dos irmãos menores, falta de apoio dos pais, hoje ainda temos algumas situações assim, porém o Bolsa Família ajudou a diminuir o número de horas dedicadas ao trabalho doméstico entre crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, sendo que uma das condicionalidades para receber o benefício é estar frequentando a escola, em consequência disso, aumentou a expectativa de escolaridade dessas crianças, que hoje pensam até em cursar o ensino superior.

Portanto, convém ressaltar que a permanência das crianças na escola não é suficiente para que sua formação as ajude a sair do círculo vicioso da pobreza. A frequência escolar é uma condição necessária, mas não suficiente para garantir uma boa educação: sem escola de qualidade, sem boas condições de estudo em casa, sem apoio de pais e professores, as crianças de famílias pobres muito dificilmente conseguem obter bons resultados e alcançar um nível de instrução suficiente para ter mais chances profissionais na vida.

O Programa Bolsa Família também alcançou impactos notáveis na saúde, apresentando efeito positivo no esquema vacinal entre as famílias beneficiárias, entre as gestantes, melhoria notável nas consultas de pré-natal, melhora na prevenção de doenças com acompanhamento das famílias.

Pode-se observar que mais do que aliviar a pobreza monetária, o Programa Bolsa Família ajudou a melhorar a segurança alimentar e nutricional da família, a educação e a saúde de milhões de brasileiros e brasileiras participantes do programa.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W. G. e; COIMBRA, A. M. (Org.). **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 189 p.

ARROYO, M. G. **Curso de especialização educação, pobreza e desigualdade social: módulo introdutório**. Brasília: Ministério da Educação, 2016. 37 p. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/0B59MXq\\_cowwzubzZFZ2FDVH\\_NteDQ/view](https://drive.google.com/file/d/0B59MXq_cowwzubzZFZ2FDVH_NteDQ/view)>. Acesso em: 30 maio 2016.

ARROYO, M. G. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. In: SACRISTÁN, J. G. (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 23-54.

BAIXA escolaridade triplica chance de desemprego, diz OCDE. **Veja**, Rio de Janeiro, jan. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/educacao/baixa-escolaridade-triplica-chance-de-desemprego-diz-ocde/>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

BOLSA Família não desestimulou procura por emprego, diz estudo. **Carta Capital**, Rio de Janeiro, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/bolsa-familia-nao-desestimulou-procura-por-emprego-diz-estudo>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

BOLSA família. **Wikipédia**, Brasília, 2016. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolsa\\_Fam%C3%ADlia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolsa_Fam%C3%ADlia)>. Acesso em: 8 jun. 2016.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 296 p.

FLORAÍ. **Wikipédia**, Brasília, 2016b. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Flora%C3%AD>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

IDH do Brasil. **Alunos Online**, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://alunosonline.uol.com.br/geografia/idh-brasil.html>>. Acesso em: 25 julho 2016.

IDH revela como a desigualdade afeta o Brasil. **Carta Capital**, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/idh-revela-como-a-desigualdade-afeta-o-brasil>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

MAMCASZ, E. ONU alerta para extrema desigualdade social no mundo. **Empresa Brasil Comunicações**, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/06/onu-alerta-para-extrema-desigualdade-social-no-mundo>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. **Bolsa Família**. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

SILVA, F. G. Desigualdade social no Brasil. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2016, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: [s.n.], 2012.

SILVA, M. O. da S. e. Os programas de transferência de renda e a pobreza no Brasil: superação ou regulação? **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 9, n. 1, p. 251-278, jan./jun. 2005.

SILVA, M. O. da S. e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, jul./dez. 2010.

SILVA, M. O. da S. e.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. D. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2008. 225 p.

SOUZA NETO, J. C. de. A rede de proteção de crianças e adolescentes como espaço pedagógico de politicidade dos conselhos municipais. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, n. 7, p. 40-57, 2013.

VIANNA, R. Pesquisa revela que Bolsa Família não desestimulou busca por emprego. **Carta Capital**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/outras-palavras/bolsa-familia-nao-desestimulou-procurar-por-emprego/>>. Acesso em: 31 ago. 2016.